



ANEXO B	<div><div><div>Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura</div><div><div>GOVERNO DE PERNAMBUCO ESTADO DE MUDANÇA</div></div></div><div>PLANILHA ORÇAMENTÁRIA</div><div></div></div>		
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA A SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS PARA PROLONGAMENTO DO BUEIRO NA RODOVIA BR-232, TRECHO: km 46,00 (VITÓRIA DE SANTO ANTÃO), COM EXTENSÃO TOTAL DE 60 m.			Mês Base: Julho/2025
DESCRIÇÃO	CUSTO PARCIAL	ENCARGOS SOCIAIS	PREÇO TOTAL
A - EQUIPE TÉCNICA			
Equipe Técnica Regular (Anexo D1) - Supervisão e Fiscalização das Obras	R\$ 48.050,98	83,02%	R\$ 87.942,90
Equipe Técnica Encerramento (Anexo D2) - Supervisão e Fiscalização das Obras	R\$ 17.214,70	83,02%	R\$ 31.506,34
SUB TOTAL 1			R\$ 119.449,24
B - CUSTOS ADMINISTRATIVOS			
Taxa de 20% incidente sobre SUB TOTAL 1	20,00%	R\$ 23.889,84	
C - VEÍCULOS (Anexo D3)	R\$	33.494,14	
D - SERVIÇOS DE APOIO (Anexo D4)	R\$	38.477,48	
SUB TOTAL 2			R\$ 215.310,70
E - REMUNERAÇÃO DA EMPRESA			
Taxa de 12% incidente sobre SUB TOTAL 2	12,00%	R\$ 25.837,24	
SUB TOTAL 3			R\$ 241.147,94
F - DESPESAS FISCAIS			
Taxa de 9,469% incidente sobre SUB TOTAL 3	9,469%	R\$ 22.834,43	
VALOR TOTAL			R\$ 263.982,37
OBSERVAÇÕES:			
Nota 01: Fonte de preços unitários: Tabela de Preços de Consultoria - DNIT Ref. Julho/2025 e Cotações de mercado (*)			
Nota 02: Os percentuais de "Encargos Sociais"; "Custos Administrativos" e "Remuneração da Empresa" são os máximos admitidos em conformidade com o Decreto PE nº 41.059 de 04/09/2014 e do Boletim nº 19/2013 de 13/06/2013 da Gerência de Orientação, Normas e Procedimentos - GONP da Secretaria da Controladoria Geral do Estado, consideramos nos encargos sociais a extinção da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, em atendimento ao artigo 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019.			
Nota 03: Os custos de Despesas Fiscais adotados foram de 9,469% em atendimento ao Parecer GJUR nº 024/2017.			
Nota 04: A comprovação do tempo de experiência dos profissionais não está sendo exigida no Termo de Referência em atendimento ao Relatório referente à demanda sob o PETCE nº 3524/2018 e ao Ofício TC/GC03 nº 00024/2018.			
Nota 05: O licitante é responsável pela informação da alíquota correspondente de acordo com o seu regime de tributação.			
Nota 06: Os valores propostos serão da exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração de alíquota ou valor proposto.			
Nota 07: Os valores de referência apresentados para os insumos da equipe técnica, veículos e serviços de apoio não são valores máximos admissíveis.			